

# Propostas de gestão para ACMP 2019-2021

#acmp  
EVOLUÇÃO

TRABALHO  
COERÊNCIA  
INOVAÇÃO

#acmp  
EVOLUÇÃO

TRABALHO  
COERÊNCIA  
INOVAÇÃO

# APRESENTAÇÃO

Prezados associados e associadas,

Diante da necessidade de EVOLUIR na luta associativa, reunimos valorosos membros do Ministério Público do Ceará para um NOVO projeto, capaz de mesclar RENOVAÇÃO com EXPERIÊNCIA, INOVAÇÃO com RESPONSABILIDADE, COMBATIVIDADE com ÉTICA. Todos esses valores foram traduzidos em objetivos e suas respectivas ações, divididos em 3 eixos (Administrativo, Sociocultural e Institucional), que a seguir propomos para benefício dos associados, fortalecimento da carreira, desenvolvimento do MPCE e defesa da sociedade:

## 1) PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

“EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO”

Para o alcance dos fins estatutários da ACMP, pretendemos promover uma gestão a partir de um **planejamento** claro, perseguindo a obtenção de resultados com grau máximo de celeridade e eficácia, minimizando o desperdício de recursos e preservando o equilíbrio financeiro e o patrimônio da entidade, além de profissionalizar seus recursos humanos;

Queremos que a **informação** e a **transparência** sejam os vetores primordiais da gestão, com ampla divulgação aos associados das prestações de contas, deliberações, fatos e projetos realizados ou patrocinados pela ACMP;

Buscaremos ainda promover a efetiva **participação** do associado na formulação e

discussão das matérias interessem de fato aos membros do MPCE, notadamente seus direitos, garantias, vantagens, atribuições e prerrogativa;

Pretendemos alcançar esses objetivos, através das seguintes **AÇÕES**, dentre outras:

1. Criar **COMISSÕES TEMÁTICAS**, especialmente sobre direitos e vantagens, segurança institucional e capacitação funcional, compostas por membros da diretoria e outros associados, a fim de promover estudos e discussões sobre matérias específicas, e auxiliar na formulação da respectiva ação ou requerimento, acompanhando sua tramitação nos órgãos da Administração Superior do MPCE, Legislativo, Judiciário e outras instituições;
2. Reestruturar o sítio eletrônico e o **APLICATIVO** de aparelho celular da ACMP, com conteúdo mais completo e acesso mais rápido e intuitivo, disponibilizando todos os **requerimentos e ações** formuladas pela ACMP e seu andamento, além da **transmissão on-line e interativa** de eventos relevantes.
3. Garantir aos **APOSENTADOS** os meios mais fáceis e ágeis de comunicação, conforme a particularidade de seus hábitos e perfis.
4. Incrementar a divulgação clara, assertiva e periódica, para os associados ou toda a sociedade, da **POSIÇÃO DA ACMP** sobre temas locais ou nacionais de alto interesse da classe e que estejam a gerar questionamentos e insegurança jurídica entre os associados, ou que visem à conscientização pública sobre a relevância do tema.
5. Intensificar a realização de reuniões e audiências para **OUVIR E DEBATER COM OS**

**ASSOCIADOS** acerca de projetos sensíveis à classe, que sejam da autoria da ACMP, Administração Superior do MPCE ou outras instituições.

6. **Informar e engajar** os associados nos trabalhos, projetos e mobilizações realizados **NACIONALMENTE** pela CONAMP e FRENTAS (Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público), especialmente contra as proposições que representem risco à valorização e independência do Ministério Público brasileiro;

7. Buscar a criação de uma **FRENTE ASSOCIATIVA ESTADUAL** a fim de perseguir interesses institucionais comuns às principais carreiras jurídicas do Estado do Ceará.

8. **REGIONALIZAR** os projetos, eventos e ações da ACMP, aproximando-os dos associados do interior do estado e possibilitando a identificação mais qualificada das demandas locais, a fim de garantir o atendimento mais célere e eficaz.

9. Reforçar a divulgação e o debate sobre os **ATOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR** que afetem de modo especial a vida profissional, social ou pessoal do associado;

10. Reforçar a divulgação e acompanhar, de forma prioritária e personalizada, os atos de abertura, instrução e julgamento dos **EDITAIS DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO**, com detido acompanhamento das respectivas sessões.

11. **DIVULGAR A ATUAÇÃO DESTACADA** de membros do MPCE nos meios de comunicação em geral, a fim de aumentar a admiração e credibilidade do Ministério Público perante à sociedade, agregar valor e respeito à carreira ministerial.

12. Expandir os **CONVÊNIOS** de benefícios para os associados da **ACMP** e mantê-los

atualizados em meio impresso, sítio eletrônico e aplicativo de aparelho celular, incluindo os celebrados pela **CONAMP**.

13. Criar, nos meios eletrônicos, a **CARTEIRA VIRTUAL DO ASSOCIADO**, a fim de facilitar a utilização dos benefícios junto às empresas conveniadas.

14. Buscar a evolução do sistema de votação, avaliando a implantação do registro de **VOTOS PELA INTERNET**, para eleições da ACMP e discutir a mesma medida junto à Administração do MPCE para implantação na votação para PGJ, proporcionando maior participação dos eleitores, especialmente aposentados e promotores do interior.



## 2) PLANEJAMENTO SOCIOCULTURAL

“AGREGAR, SERVIR, CAPACITAR E HUMANIZAR”

Queremos cada vez mais uma **ACMP PARA O ASSOCIADO**, aproximando a entidade de suas reais demandas, através de coleta permanente de opiniões, sugestões e críticas, além de visitas periódicas, a fim de **identificar dificuldades** e antecipar soluções de problemas enfrentados por cada associado, isolada ou coletivamente.

Buscaremos ampliar a **integração** dos associados entre si, seja atenuando e mediando divergências e conflitos, com harmonia das relações profissionais e pessoais, seja incrementando os eventos sociais, culturais e desportivos.

Almejamos a ACMP como instrumento de promoção do **bem-estar** profissional, sociofamiliar, cultural, físico e psicológico de cada associado, a ser tratado de forma **personalizada e humanizada**, com uma atenção permanente e intervenção preventiva ou emergencial.

Visamos proporcionar todas as condições para que o associado **desenvolva-se** técnica, profissional e intelectualmente, seja pela implantação de políticas institucionais requeridas junto à Administração Superior, seja pela iniciativa da própria ACMP na realização ou patrocínio de cursos e eventos de caráter científico, acadêmico e/ou cultural.

Seguindo essas diretrizes, pretendemos efetivar as seguintes **AÇÕES**:

1. **VISITAR ANUALMENTE** todas as sedes de Regionais do MPCE, para prestar contas das ações da entidade, ouvir os associados e identificar suas demandas e dificuldades, sem prejuízo das visitas específicas conforme surgirem situações a serem atendidas;
2. Tornar a **Diretoria Representante dos Promotores do Interior MAIS PRÓXIMA** dos

associados, com **MAPEAMENTO** das necessidades conforme os membros, grupo de promotorias ou regionais, para auxílio preventivo, diálogo permanente e pronto encaminhamento de soluções;

3. Criar um **NÚCLEO DE APOIO HUMANO** ao associado, de caráter multidisciplinar e com privacidade, para recuperar e promover a saúde e o bem-estar, auxiliando colegas a prevenirem ou superarem doenças laborais e outros problemas relacionados à própria saúde física e mental, facilitando a abordagem médica, psicológica, sociofamiliar, bem como de assessoria esportiva e nutricional.

4. Conforme a viabilidade financeira e administrativa, oferecer **SERVIÇO PSICOLÓGICO** especializado aos associados, considerando sua particular condição profissional e sociofamiliar, e com foco na prevenção de doenças ocupacionais correlatas.

5. Conforme a viabilidade financeira e administrativa, oferecer **SERVIÇO ODONTOLÓGICO** para os associados, além de ações e eventos para promoção da saúde física e mental;

6. **APROXIMAR AS FAMÍLIAS** da vida associativa, especialmente através de eventos socioculturais em datas comemorativas (dia dos pais, das mães, das crianças, da mulher, etc.), e aprimorar os tradicionais eventos de São João e Natal.

7. **CELEBRAR MENSALMENTE** o aniversário dos associados, em encontros descontraídos de conagraçamento;

8. Realizar **CONFRATERNIZAÇÃO SEMESTRAL COM APOSENTADOS**, oportunidade também para ouvir as suas demandas e prestar contas da atuação da ACMP em relação aos seus direitos;

9. Apoiar os eventos de conagração dos associados no **INTERIOR DO ESTADO**;

10. **QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA SEDE CAMPESTRE**, com estudo da viabilidade acerca da instalação de novos equipamentos de entretenimento, lazer e esportivos.

11. Dedicar atenção às **MULHERES ASSOCIADAS**, realizando eventos sociais, culturais e desportivos específicos, além de palestras e círculo de debates próprios, sempre visando a sua maior integração no processo social e político da ACMP, ressaltando também para a sociedade a necessidade de reafirmação de direitos e ampliação de cidadania;

12. Oportunizar aos associados participação e acompanhamento da **Comissão de Mulheres da CONAMP**, que visa à formulação de ações para combate ao preconceito e discriminação, garantia da igualdade institucional e associativa, além de monitoramento de processos legislativos que afetem diretamente os direitos fundamentais das mulheres.

13. Buscar a realização de **CONGRESSO ESTADUAL**, com palestras e oficinas de cunho acadêmico, científico e profissional, além da divulgação de projetos desenvolvidos pelos associados;

14. Disponibilizar ou fomentar **CURSOS** para aperfeiçoamento funcional dos associados, preferidos por estudiosos ou profissionais de competência reconhecida nos âmbitos local ou nacional;

15. Facilitar a participação em **Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado**, através de convênios com instituições nacionais e internacionais;



16. Promover encontros com especialistas para promoção de **OUTROS CONHECIMENTOS**, como educação financeira, saúde e bem-estar, produtividade pessoal, empreendedorismo, etc.

17. Promover o **DIA DA SOLIDARIEDADE E VOLUNTARIADO**, incentivando doações e trabalho voluntário em entidades de caráter filantrópico e de assistência, sem prejuízo de outras ações específicas de mesmo propósito.

### **3) PLANEJAMENTO POLÍTICO INSTITUCIONAL**

**“FORTALECER O MPCE, TENDO A VALORIZAÇÃO, SEGURANÇA E ESTRUTURA COMO POLÍTICAS PERMANENTES, QUE INDEPENDAM DA SUCESSÃO DAS GESTÕES”**

Queremos um Ministério Público Forte e Independente, o qual, para tanto, precisa contar com MEMBROS VALORIZADOS, DOTADOS DE ESTRUTURAS MATERIAL E HUMANA SUFICIENTES E PROTEGIDOS da ação de criminosos, e dotados de autonomia para o exercício de suas atribuições e PRERROGATIVAS.

Vamos pleitear todos os meios juridicamente possíveis de VALORIZAÇÃO FINANCEIRA da carreira, tentando alcançar sempre a maior parcela possível de membros beneficiados (capital e interior, promotores e procuradores, ativos e aposentados), inclusive, cobrando da Administração direitos não atendidos, medidas que possibilitem a indenização aos membros de seus gastos na execução da função pública e, sobretudo, vantagens que fortaleçam a carreira, tornando-a atrativa perante operadores do Direito e estimulando um maior grau de dedicação do membro à atividade ministerial.

Buscaremos, ainda, tratar a SEGURANÇA INSTITUCIONAL como direito inegociável do membro e cobrar seu tratamento como POLÍTICA DE INSTITUIÇÃO, E NÃO MERAMENTE DE GESTÃO, através de completa e planejada assistência ao associado em situação de risco pessoal ou familiar, principalmente, atuando junto à Procuradoria-Geral para soluções eficazes e perenes das deficiências dessa ordem, cobrando absoluta prioridade administrativa e financeira no enfrentamento da temática.

Queremos, ainda, buscar que o MPCE evolua a um patamar inédito de ESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E HUMANA nas unidades ministeriais, proporcionando ao membro muito mais qualidade de trabalho e de vida, a fim de que a sociedade receba ainda mais resultados do Ministério Público cearense.

Para alcançar os objetivos acima, propomos as seguintes **AÇÕES**:

1. Lutar prioritariamente para o fortalecimento do **SUBSÍDIO**, inclusive mobilizando a classe, convencendo parlamentares e aderindo às entidades nacionais para a implantação de um **NOVO MODELO**, que garanta **reajuste inflacionário anual** e promova a real irreduzibilidade remuneratória.
2. Atuar no Congresso Nacional, notadamente junto à bancada cearense, para aprovação da PEC que cria a **(VTM) VALORIZAÇÃO POR TEMPO NA MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO**, visando a contemplar colegas da capital e do interior, de primeiro e segundo graus, ativos e aposentados.
3. Buscar a implementação da **INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE** para os membros que se deslocam em respondências utilizando recursos próprios.
4. Buscar a **EXTINÇÃO DA QUILOMETRAGEM** como critério de definição do valor de **DIÁRIAS**, a fim de sanar distorções e incongruências, além de prejuízos atualmente experimentados por diversos membros.
5. Buscar o **AUMENTO DAS DIÁRIAS**, até que seja obtida a sua fixação em 1/30 do valor do subsídio.
6. Buscar a implementação da **LICENÇA COMPENSATÓRIA** para respondências e para a atuação em **Plantões Judiciários**;
7. Lutar para que a PGJ cumpra decisão da Reclamação interposta no CNMP e efetue o pagamento do **RETROATIVO DA DIFERENÇA DE ENTRÂNCIA**, beneficiando membros que exerceram seu mister profissional sem a plena retribuição devida.

8. Buscar a implementação de **Gratificação por atuação em comarcas de difícil provimento**, visando a valorizar os membros em situação profissional, social e familiar mais vulnerável em decorrência do local de atuação, incentivando a interiorização da carreira e o maior atendimento da sociedade.
9. Buscar o **aumento do Adicional de Férias** pagos aos membros do MPCE;
10. Buscar o **aumento do limite** de dias para **Conversão de férias em Abono Pecuniário (“Venda das Férias”)**;
11. Buscar a implementação do Reembolso de despesas de plano de Saúde e pagamento de Licença-Prêmio;
12. Buscar o custeio integral pela PGJ de  **cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado)** pelos membros, inclusive que seja utilizada verba do Fundo de Reparcelamento e Modernização do MPCE;
13. Atuar, notadamente junto aos parlamentares federais cearenses, para **impedir a aprovação do PL 6726/2016 (VERBAS NO TETO REMUNERATÓRIO)** que tramita no Congresso Nacional e cujo texto enfraquece todo o sistema de direitos e vantagens da carreira ministerial, carecendo de razoabilidade e constitucionalidade.
14. Acompanhar e atuar na **ADI já ajuizada no TJCE contra a Emenda Constitucional que estabeleceu o Teto de Gastos Estadual**, interpondo todos os recursos que se fizerem necessários;

15. Acompanhar a tramitação da **PEC DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA** no Congresso Nacional, mobilizando a classe e a sociedade para evitar a perda de direitos dos membros do MPCE, notadamente acompanhando as propostas de emendas elaboradas pela FRENTAS.

16. Disponibilizar **CONSULTORIA ESPECIALIZADA** para municiar os associados de todas as informações necessárias para adotarem a melhor decisão em eventual migração de Regime de Previdência do âmbito estadual.

17. Propor que seja criada e mantida na **CONAMP A SISTEMATIZAÇÃO E ESTUDO PERMANENTES DOS DIREITOS E VANTAGENS OFERECIDOS PELOS MP's** de todos os Estados, buscando o fortalecimento e segurança jurídica dos benefícios e facilitando as necessárias equiparações.

18. Lutar pela **CRIAÇÃO DE MAIS CARGOS DE ASSESSOR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA**, para garantir que **CADA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CEARÁ TENHA, AO MENOS, 1 (UM) ASSESSOR**, tudo para garantir mais eficiência na atividade ministerial e possibilitar ao membro se dedicar às atividades jurídicas e intelectuais mais complexas e úteis ao aprimoramento de sua função.

19. Propor a criação de **ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO REGIONALIZADOS** em temáticas de maior complexidade e sensibilidade, como Combate à Corrupção e Defesa da Saúde Pública, com o fim inclusive de oferecer maior suporte técnico e pessoal aos membros do interior do Estado.

20. Acompanhar processos de melhoria estrutural de unidades ministeriais, a fim de garantir o atendimento das **PRIORIDADES CORRETAS NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

## DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO.

21. Propor e cobrar a criação de **FORÇA-TAREFA ADMINISTRATIVA** para instalação emergencial de **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** pela PGJ, composta pelos setores administrativos, financeiros e de inteligência, visando a conferir mais celeridade e efetividade às correspondentes **licitações, dispensas, contratações e disponibilização** de tais itens, especialmente em unidades ministeriais localizadas em comarcas que já vivenciaram ataques a prédios públicos.

22. Acompanhar e auxiliar a instrução do **Processo Administrativo** já instaurado junto ao **CNMP**, para garantir que a **PGJ ADOTE MEDIDAS CONCRETAS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**, até que as deficiências locais sejam finalmente sanadas, a partir da atuação conclusiva do órgão de controle externo.

23. Intensificar e ampliar a realização de **CURSOS DE TIRO, SEGURANÇA E DEFESA PESSOAL**, através de órgãos públicos e privados, inclusive no interior do estado.

24. Atuar no Congresso Nacional, notadamente junto à bancada cearense, para **IMPEDIR QUE O PL 280/2016 (“ABUSO DE AUTORIDADE”)** crie mecanismos que enfraqueçam a independência do membro do Ministério Público, fragilizem a instituição e acabem por criminalizar a função típica ministerial;

25. Atuar no Congresso Nacional, notadamente junto à bancada cearense, para **IMPEDIR QUE O PL 233/2015 (INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO E PODERES INVESTIGATÓRIOS)** crie mecanismos que dificultem a atividade investigativa do membro, favoreçam a impunidade e prejudiquem os bens tutelados pelo MP;



26. Pleitear a implantação, pela PGJ, de sistema de **informações eletrônicas** sobre a vida funcional dos membros, a fim de **agilizar a instrução dos PROCESSOS DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO**;

27. **Propor, construir e harmonizar** junto ao Conselho Superior, PGJ, Secretaria dos Órgãos Colegiados, CGMP e RH, a adoção de rotinas e **práticas que garantam maior celeridade e eficiência nos PROCESSOS DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO DE MEMBROS.**

28. Defender, em cumprimento ao próprio estatuto da associação, a **NOMEAÇÃO DO CANDIDATO MAIS VOTADO PARA O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, notadamente intermediando a assinatura do respectivo compromisso entre os futuros candidatos, tudo para dar ainda mais garantias de maior fortalecimento, independência e combatividade ao MPCE na defesa da sociedade.

Essas são nossas propostas iniciais, estando à disposição de todos para outras ideias que visem ao engrandecimento da classe e do nosso Ministério Público.

Agradecemos e contamos com apoio de todos nessa jornada,

CHAPA EVOLUÇÃO

# Propostas de gestão para ACMP 2019-2021

#acmp  
EVOLUÇÃO

TRABALHO  
COERÊNCIA  
INOVAÇÃO

#acmp  
EVOLUÇÃO

TRABALHO  
COERÊNCIA  
INOVAÇÃO